



## A SERICICULTURA NO PARANÁ: MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA AO CAPITAL

Sergio Aparecido Nabarro <sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho apresenta alguns resultados do projeto de pesquisa, ainda em andamento, intitulado *A Sericicultura no Paraná*, cujo objetivo é compreender o processo espacial classificado como *monopolização do território pelo capital* por meio da análise do complexo da seda no estado atualmente responsável por 83% da produção nacional de fios de seda e onde residem mais de 80% das famílias camponesas sericicultoras do Brasil. A análise das relações que o capital industrial sericícola impõe aos camponeses é realizada tomando como referência os aportes teóricos elaborados por importantes pensadores da dinâmica do capitalismo, como a economista e filósofa polonesa Rosa Luxemburgo, e por pesquisadores da questão agrária no Brasil, como o sociólogo José de Souza Martins e o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

**Palavras-chave:** Sericicultura, Capital Industrial, Monopolização do território, Renda da terra, campesinato.

### ABSTRACT

This article presents some results of the research project, still in progress, entitled *The Sericulture in Paraná*, whose objective is to understand the spatial process classified as *territorial monopolization by capital* through the analysis of the silk complex in the state currently responsible for 83% of the national production of silk threads and where more than 80% of the peasant families of sericulture in Brazil reside. The analysis of the relations that industrial capital imposes on peasants is carried out taking as a reference the theoretical contributions elaborated by important thinkers of the dynamics of capitalism, such as the Polish economist and philosopher Rosa Luxemburg, and by researchers on the agrarian question in Brazil, such as the sociologist José de Souza Martins and geographer Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

**Keywords:** Sericulture, Industrial capital, Territorial monopolization, Land income, Peasantry.

### INTRODUÇÃO

A atividade sericícola consiste na criação do *Bombyx mori L.*, popularmente conhecido como bicho-da-seda, para a extração da fibra têxtil do casulo tecido pelo

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), sergionabarro@uel.br.



animal para abrigá-lo durante seu processo de metamorfose. De origem chinesa, esta atividade produtiva é praticada no país asiático há mais de cinco mil anos. No século V passou a ser desenvolvida também em outros países dos continentes asiático e europeu. No Brasil, a sericicultura foi trazida por imigrantes portugueses no início do século XIX, mas só passou a ser desenvolvida com fins comerciais a partir de 1848 com a fundação da Companhia Seropédica Fluminense, em Itaguaí-RJ. Entretanto, a produção de fios de seda no Brasil foi considerada pequena e restrita aos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais até 1912, ano em que a sericicultura ganha destaque no estado de São Paulo como uma atividade agropecuária promissora (PORTO, 2014).

Atualmente, o estado do Paraná responde por 83% da produção nacional de casulos e abriga a única empresa de fiação de seda em escala industrial do ocidente. Os fios produzidos no estado, considerados os melhores do mundo em qualidade e teor de seda, são exportados para importantes confecções de países como França (27%), Itália (9%), Japão (28%) e Vietnã (33%). Apenas 3% dos fios de seda são destinados ao mercado interno. (DERAL, 2018)

A sericicultura é uma atividade bastante peculiar porque exige a prática concomitante da pecuária e da agricultura tendo em vista que a criação do *Bombyx mori* L. demanda o cultivo de amoreiras, único alimento consumido pelo animal até a fase de fiação do casulo. As folhas da planta devem estar frescas e sem contaminação por agrotóxicos para que não haja mortandade dos animais bem como para que a fibra tecida por eles apresente o teor de seda exigido pela indústria. Percebe-se, portanto, uma atividade produtiva que exige terra, estrutura para criação e intenso trabalho das famílias.

A demanda de muitas horas diárias de trabalho e a quantidade de pessoas que precisam estar envolvidas na sericicultura são os motivos pelos quais o capital industrial sericícola não se territorializa no campo (o que ocorreria por meio da compra de terras e construção de toda a estrutura física demandada pela produção), mas monopoliza o território utilizando a lógica da integração e da verticalização passando a comandar todas as etapas da produção e determinando o padrão de qualidade. Em suma, sem comprar sequer um hectare de terra, impõe sua lógica e controla milhares de pequenas propriedades camponesas.



## METODOLOGIA

Além do levantamento das referências teóricas relativas à monopolização do território e à sujeição da renda da terra ao capital, a pesquisa foi desenvolvida a partir de entrevistas semiestruturadas com 12 famílias camponesas sericicultoras de três municípios da região norte do Paraná (Astorga, Londrina e Miraselva) e com dados obtidos junto ao Departamento de Economia Rural do Paraná (DERAL) e ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PARANÁ). É importante salientar que a empresa de fiação e a Associação Brasileira de Seda (ABRASEDA) optaram por não se manifestar quando souberam dos objetivos da pesquisa e não forneceram nenhum dado diretamente ao pesquisador. No entanto, a análise realizada cruzou os dados dos órgãos oficiais do estado do Paraná sobre a sericicultura com as informações fornecidas pela empresa e pela Abraseda em entrevistas a jornais e em seus sites. O objetivo foi compreender como cifras na casa dos milhões, divulgadas pela empresa e pela associação que representa o setor, coexistem com famílias camponesas exaustas e empobrecidas em virtude do intenso e mal remunerado trabalho. Por exemplo: a empresa e a associação propalam que a atividade sericícola é uma alternativa de renda (ABRASEDA, 2021a e 2021b) para as famílias camponesas e possui baixo custo de implantação (de acordo com os camponeses entrevistados esse valor é de aproximadamente R\$ 10.000,00). Para corroborar com o discurso da empresa, os dados divulgados pelo Departamento de Economia Rural do Paraná são expressivos: na safra 2017/2018 a área de cultivo de amoreiras no estado foi de 4.069 hectares, o número de famílias envolvidas na atividade foi de 1.861 e a produção de casulos superou a marca das 2.500 toneladas (DERAL, 2018). Entretanto, segundo os produtores entrevistados, a carga de trabalho demandado pela atividade, as áreas da propriedade ocupadas com amoreiras (em média 2,2 hectares), as exigências da empresa de fiação e os padrões cada vez maiores de qualidade impostos aos produtores não permitem que a sericicultura seja mais uma atividade da propriedade. De acordo com um sericicultor entrevistado no município de Astorga, em abril de 2021, “a criação do bicho-da-seda toma conta do sítio inteiro, da família inteira. Mas o dinheiro de retorno é pouco. Na venda, eles encontram muitos defeitos nos casulos. Parece até que a gente não faz as coisas direito. O preço vai lá embaixo. A gente recebe pouco”.



Portanto, os procedimentos metodológicos da pesquisa buscaram aclarar as contradições entre o discurso da empresa (representada pela associação) e a realidade dos sericicultores do Paraná.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A análise das relações existentes entre o capital industrial sericícola no Paraná e os camponeses criadores do bicho-da-seda envolve, necessariamente, o debate sobre a expansão territorial do capital e a interferência do capitalismo na reprodução de relações não capitalistas, que ocorre por meio da sujeição da renda da terra gerada pelo trabalho camponês e subtraída pela indústria. Partindo desta premissa teórico-metodológica os apontamentos de Rosa Luxemburgo são fundamentais. Na obra *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*, publicada originalmente em 1913, a intelectual polonesa nos fornece importantes elementos para pensar as razões pelas quais o capital se vale de relações não capitalistas para subsidiar sua reprodução.

Questionando as análises de Karl Marx, sua grande referência, e de outros importantes teóricos sobre o processo de acumulação, Luxemburgo (1985) defende a tese da indissociabilidade entre o modo de produção capitalista e o imperialismo, ou seja, acredita que o capitalismo é um modo de produção em constante expansão porque a acumulação é um processo que está sempre em curso. Segundo ela, “(...) a acumulação não é simples relação interna entre os dois ramos da produção capitalista [meios de produção e meios de consumo], mas, sobretudo, uma relação entre o capital e o meio não-capitalista (...)” (LUXEMBURGO, 1985, p. 285). Portanto, não há que se pensar a dinâmica do capitalismo como fechada, “etapista” (PRIETO, 2017, p. 812) ou cíclica. Além disso, é preciso compreender que a dinâmica social e territorial do capitalismo reproduz, incorpora e subordina relações oriundas de outros modos de produção para garantir a expansão e hegemonia do capital tendo em vista que os territórios já totalmente organizados a partir da lógica do capitalismo passam a ser insuficientes para garantir seu processo constante de acumulação. Para Singer,

Rosa Luxemburgo estava certa, portanto, ao sustentar que uma economia capitalista autocontida em si – sem relações comerciais com setores não capitalistas – é incapaz de acumular. Consequentemente, ela nega a premissa



de Marx de que a melhor maneira de analisar o funcionamento do modo capitalista de produção é tomá-lo em sua pureza e, portanto, em isolamento. A contradição entre poupança e acumulação mostra que esse modo de produção só pode funcionar normalmente, isto é, em acumulação cada vez mais intensa, inserido num meio não capitalista (...). (SINGER, 1985, p. XL)

Obviamente, quando Rosa Luxemburgo elaborou seu aporte teórico sobre acumulação e imperialismo ela não estava pensando na questão camponesa no capitalismo, na questão agrária no Brasil ou no debate sobre o conceito de território. No entanto, suas reflexões são fundamentais para compreendermos as estratégias atuais de penetração do capital industrial no espaço agrário, que usa a classe camponesa para maximizar seus lucros por meio da subtração da renda da terra gerada pelo trabalho familiar. Nesse mecanismo exploratório, os camponeses ainda mantêm a propriedade dos meios de produção (a terra) e não são submetidos ao assalariamento (relação tipicamente capitalista), como explica José de Souza Martins:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do *trabalho* ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país (...). Onde a renda é baixa (...) o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe. (MARTINS, 1990, p. 175 – grifos do autor)

Portanto, os camponeses não vendem diretamente a sua força de trabalho, mas o produto do seu trabalho (MARTINS, 2008), que no caso estudado nesta pesquisa são os casulos criados pelo bicho-da-seda, que é a matéria-prima a ser processada pela indústria sericícola.

Ao analisar os desdobramentos espaciais do avanço do capital no campo, partindo das relações descritas por Martins (1990 e 2008), Oliveira (2012 e 2016) também nos fornece um importante caminho analítico para compreendermos a questão: a noção de *monopolização do território pelo capital*. Segundo o autor, o capital industrial subtrai a renda da terra gerada pelo trabalho camponês por meio de ações classificadas pelas empresas processadoras como *sistema de integração* e *verticalização* nos quais a indústria organiza e determina os padrões de produção e de qualidade das matérias-primas. Assim, por meio da imposição de altíssimas exigências, o capital



promove indiretamente o rebaixamento do preço pago aos camponeses no ato da entrega da matéria-prima. Isso ocorre em inúmeros cultivos (fumo, uva, laranja etc.) e criações (frango, bicho-da-seda etc.) em áreas camponesas controladas pela indústria.

Nota-se, portanto, uma inserção subordinada da classe camponesa na dinâmica produtiva do capitalismo, fato que confirma as teses defendidas por Oliveira (2007 e 2012), Paulino (2006), Paulino e Almeida (2010), Nabarro (2014), entre outros. Mas essa incorporação do campesinato a partir das demandas da indústria é determinada, sobretudo, pela quantidade de trabalho exigida no campo para à produção da matéria-prima e pela renda da terra que poderá ser aferida. Em outras palavras, nas atividades produtivas nas quais a quantidade de trabalho demandada for menor, não houver necessidade de mão de obra altamente qualificada e a renda da terra aferida for considerada alta por hectare, o capital optará pela territorialização, ou seja, comprará terras, montará a estrutura de produção e utilizará o trabalho assalariado. No entanto, nos casos em que a demanda por trabalho for grande, onde a mão de obra não precisar de muita qualificação e a renda da terra aferida por hectare for mais baixa, o capital optará por monopolizar o território por meio do sistema de integração, impondo suas regras a milhares de famílias camponesas, lhes subtraindo a renda da terra e a convertendo em lucro. Segundo Paulino (2006, p. 110), “(...) a metamorfose da renda da terra em taxa de lucro (...) para a indústria deriva exclusivamente da quantia de trabalho não pago contido nas matérias-primas a serem processadas”. Esse é o mecanismo que compõe o cerne da relação entre a indústria de fiação de seda e os camponeses sericicultores do Paraná, como será demonstrado a seguir.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nas últimas décadas, nas quais as premissas do neoliberalismo se consolidaram como a base e o *modus operandi* da reprodução capitalista, o discurso passou a ser um elemento de grande importância a ser observado quando se estuda as estratégias do capital para se expandir territorialmente. Nos discursos propagados por organizações supranacionais dedicadas à promoção do crescimento econômico, pelos meios de comunicação, por representantes de governos e, sobretudo, por grandes conglomerados empresariais estão contidos os interesses daqueles que detêm e concentram a riqueza. Novas noções e valores são impostos aos trabalhadores com o intuito de promover a

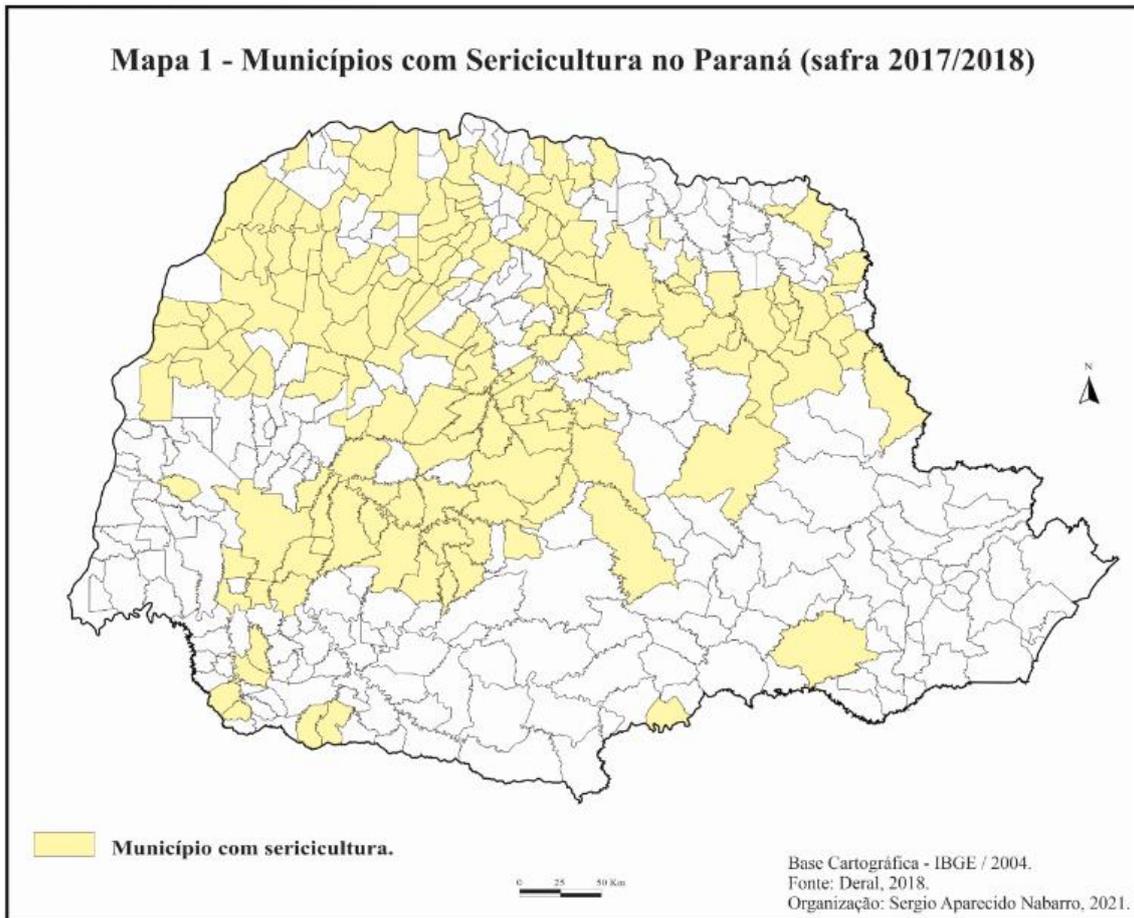


assimilação e aceitação das demandas do capital e da realidade do trabalho precarizado (HARVEY, 2008). Esta prática é iniciada com a camuflagem dos termos, uma verdadeira tentativa de assepsia conceitual, na qual o conceito de *cidadão* é substituído por *consumidor*, o *agrotóxico* se torna *defensivo agrícola*, *soberania* é redefinida como *mercado*, o conceito de *país em desenvolvimento* passa a ser classificado como *mercado emergente*, e os *trabalhadores explorados* são chamados pelas empresas como *nossos colaboradores* ou *nossos parceiros* etc. (MARQUES NETO, 2009; NABARRO, 2014).

Esta substituição deliberada de termos, na qual definições conceituais elaboradas por pesquisas científicas são substituídas por noções que objetivam conferir um caráter de “justiça” às práticas impostas pelo modo de produção hegemônico (RAMOS FILHO, 2013), também se aplica à sericicultura no Paraná, onde a subtração por parte da indústria da renda gerada pelo trabalho camponês é denominada como *sistema de integração* e os camponeses sericultores passam a serem conhecidos como *parceiros* ou *integrados*.

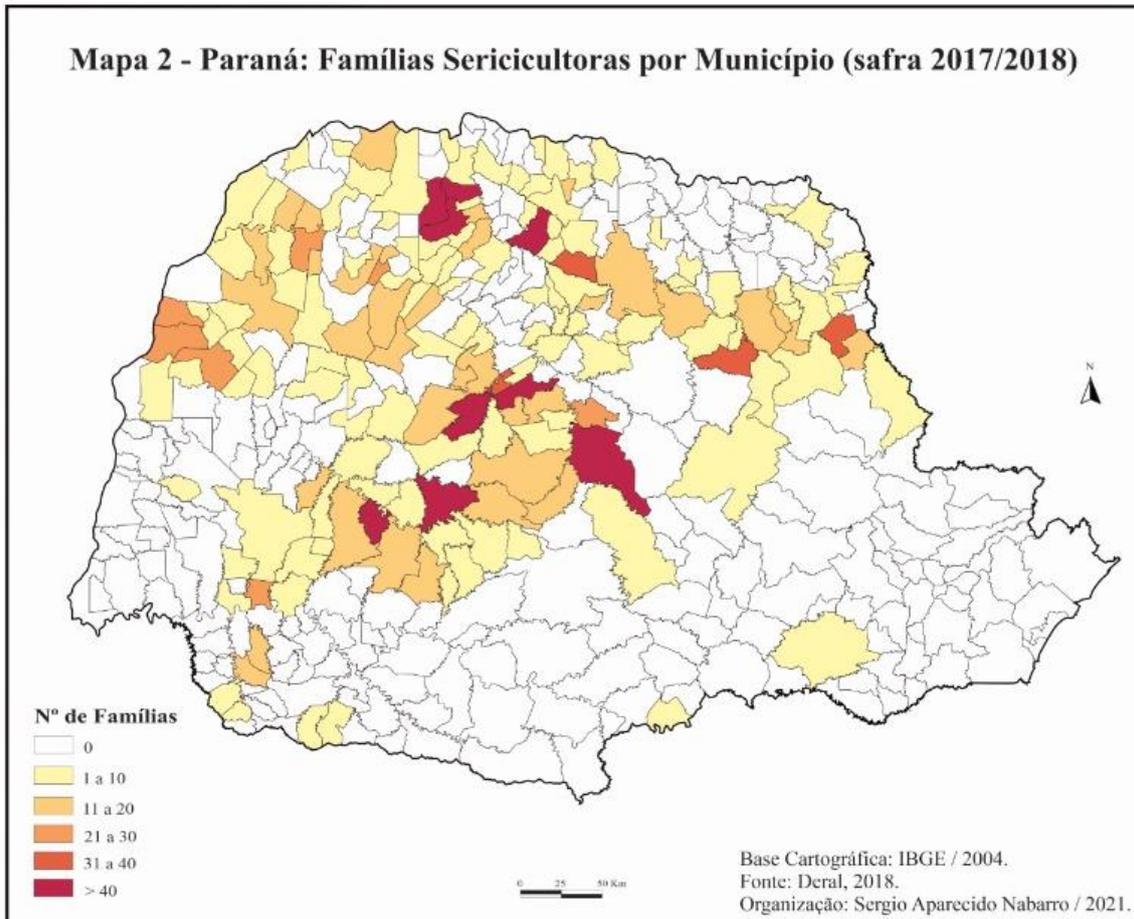
A identificação destes novos termos é importante porque revela uma estratégia bastante utilizada em negociações entre grandes indústrias e camponeses produtores de matérias-primas. Os termos utilizados para denominar os sujeitos explorados são amenizados promovendo a noção de uma negociação e/ou contratualidade entre iguais em direitos e condições, o que definitivamente não é o caso. Além disso, as estratégias da indústria para atrair os camponeses proprietários são pensadas sempre com o objetivo apresentar a sericicultura como uma atividade agropecuária extremamente vantajosa, uma alternativa para obtenção de renda na propriedade rural, que promoveria ganhos expressivos aos sericultores, podendo ser complementar no sítio camponês.

São os técnicos da indústria processadora de casulos que vão às propriedades camponesas orientar quanto às adaptações necessárias para a produção de casulos, bem como sobre os custos estimados e a área demandada para a construção dos barracões de criação do *Bombyx mori L.* e para o cultivo das amoreiras. Esta estratégia, baseada principalmente na proximidade e no estabelecimento de laços entre os camponeses e os técnicos da empresa também contribuiu para a sericicultura estar atualmente em 166 dos 399 municípios paranaenses (mapa 1).



No entanto, de acordo com as entrevistas e os levantamentos realizados durante a pesquisa, não houve esclarecimentos aos produtores quanto às variações dos preços da matéria-prima, aos altos padrões de qualidade (inatingíveis, segundo as famílias entrevistadas), e à alta dependência das famílias produtoras de casulos em relação à indústria e as dificuldades na substituição e/ou abandono da sericultura.

Embora também haja famílias sericultoras nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, é no Paraná que a produção de casulos está mais concentrada. O estado possui alguns pequenos municípios onde residem mais de 100 famílias sericultoras, como Cândido de Abreu (131) e Diamante do Sul (104) na região centro-sul do estado, e Nova Esperança (122) na região norte. Nos outros municípios com sericultura a quantidade de famílias ocupadas com a produção de casulos é variada (mapa 2).



No entorno dos municípios onde a criação do bicho-da-seda é uma atividade expressiva devido ao grande número famílias sericicultoras, nota-se também uma grande adesão à atividade fazendo surgir regiões denominadas de *vales da seda*, como é possível notar nas regiões norte-central, noroeste e centro-sul. Estas áreas representam mais da metade da produção estadual de casulos e têm a economia dos municípios profundamente vinculada à dinâmica da seda.

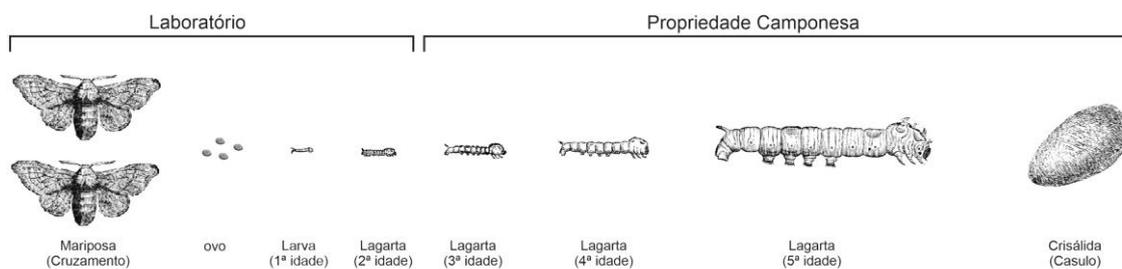
### **O trabalho e a remuneração na sericultura**

A sericultura é uma atividade agropecuária que exige intenso trabalho das famílias em todas as etapas do processo produtivo: do momento em que recebem as micro-lagartas do *Bombyx mori L.* até a retirada dos casulos. Todo este ciclo demora em média entre 27 e 28 dias estando organizado de acordo com as cinco fases da vida do animal quando criado em cativeiro (figura 1). Estas fases são chamadas pelas famílias



sericultoras de *idades*, nas quais o animal evolui de larva para lagarta para, posteriormente, tecer o casulo onde passaria pela metamorfose para se tornar uma mariposa. Entretanto, antes da metamorfose ser concluída o animal é morto no interior do casulo durante o processamento para a retirada do fio de seda pela indústria.

**Figura 1 – Ciclo do *Bombyx mori* L. na Sericicultura**



Fonte: Organizado pelo autor, com imagens de <https://eol.org/>.

Conforme ilustrado na figura 1, o ciclo produtivo da sericicultura se inicia no laboratório da indústria onde mariposas adultas são rigorosamente selecionadas para o cruzamento. O objetivo é gerar animais que ao final do processo produtivo serão capazes de tecer casulos com fios de seda de melhor qualidade.

Após o cruzamento, os ovos são depositados pelas fêmeas e monitorados em laboratório por até 14 dias, quando eclodem e dão origem às larvas do *Bombyx mori* L., iniciando o período conhecido como primeira idade. Após dois dias, os animais já são classificados como lagartas e entram para a segunda idade, período que dura entre três e quatro dias, no qual o animal passa a medir aproximadamente 2 cm. É na transição da segunda para a terceira idade que o animal é adquirido pelas famílias sericultoras.

O ciclo de trabalho das famílias envolvidas na sericicultura é organizado de acordo com as demandas do bicho-da-seda a partir da terceira idade, na qual as lagartas deverão ser alimentadas a cada três horas, inclusive durante a noite, e passarão por dois períodos de hibernação antes de tecer o casulo.

A terceira idade possui uma duração média de quatro dias nos quais as lagartas são alimentadas intensamente com folhas frescas das amoreiras cultivadas nos sítios. As espécies de amoreira a serem plantadas para alimentar os animais em cada *idade* são determinadas pelos técnicos da indústria. Além disso, deve haver um enorme cuidado



para que as folhas não estejam contaminadas por agrotóxicos (muito utilizados nas propriedades vizinhas) porque estes produtos podem elevar a porcentagem de mortandade dos animais entre a terceira e a quinta idade.

A transição da terceira para a quarta idade é marcada pelo primeiro período de descanso dos animais, que pode durar até 36 horas. Este período demanda atenção redobrada dos produtores em virtude do controle rigoroso da temperatura e das condições de higiene do barracão de criação.

A quarta idade dura entre cinco e seis dias, nos quais os animais voltam a se alimentar a cada três horas. No final desta fase, as lagartas trocam de pele e hibernam por mais 36 horas para, posteriormente, adentrarem na quinta idade. Esta última etapa do desenvolvimento do animal na propriedade camponesa possui duração aproximada de seis dias. Segundo os entrevistados, esta é a etapa que demanda maior trabalho de todos os membros da família porque os animais se alimentam intensamente até triplicam de tamanho, quando atingem até 8 cm de comprimento.

O final da quinta idade ocorre quando os animais adentram aos bosques<sup>2</sup> para começarem a tecer os casulos. O *Bombyx mori L.* tece seu casulo em três dias e este é criado com apenas um fio de seda que pode chegar a 1,2 km.

Com os casulos prontos, os produtores ainda precisam esperar entre dois e três dias para a secagem dos mesmos antes da venda nos entrepostos da indústria de fiação espalhados pelo estado.

Segundo a presidente da associação que representa o setor, em recente entrevista ao Jornal Folha de Londrina: “a compra é certa e o preço, garantido e previamente divulgado. Cada sericicultor tem ciência das regras de classificação da produção e participa pessoalmente da precificação na venda do produto” (ABRASEDA, 2021a, p. 22). Entretanto, as famílias relatam uma realidade bastante distinta da relatada para o jornal. Segundo um entrevistado, “é na venda dos casulos que o nosso trabalho vira pó”.

De acordo com os produtores, a cada safra as exigências da empresa estão maiores e são quase inatingíveis. Ao mesmo tempo, os ganhos das famílias seguem diminuindo a cada ano, o que já fez vários sericicultores abandonarem a atividade nas últimas safras: de 1.985 famílias na safra 2012/2013 para 1.861 na safra 2017/2018. (DERAL, 2018, p. 13)

---

<sup>2</sup> Os bosques são estruturas de papelão ou madeira compostas por pequenos quadrados que irão abrigar as lagartas durante a tecelagem dos casulos.



A estratégia utilizada pela empresa de fiação é bastante comum e sustenta o processo de monopolização do território pelo capital industrial. Os altíssimos padrões de qualidade exigidos promovem o rebaixamento dos preços da matéria-prima entregue à indústria. É neste momento que a renda da terra gerada pelo intenso e exaustivo trabalho dos camponeses é subtraída pela indústria (PAULINO, 2006). Mas, ao mesmo tempo, a empresa e a associação que representa o setor continuam promovendo a campanha de divulgação midiática para atração de novas famílias, como, por exemplo, a fala da diretora de inovação da Abraseda em entrevista recente:

Produzimos a melhor seda do mundo. Queremos melhorar a qualidade e ampliar os estudos nessa área. É um produto que gera renda mensal de até R\$ 5 mil para pequenos produtores e que pode ganhar valor agregado. Estamos estudando todas as etapas, os potenciais e a ideia é incentivar a produção, recuperando uma tradição que o Paraná já teve no passado. (BRASEDA, 2021b, p. s/n)

De acordo com Departamento de Economia Rural do Paraná, durante a safra 2017/2018, 1.861 famílias estiveram ocupadas com a produção de casulos, a área de cultivo de amoreira passou de 4.000 hectares e o número de barracões para a criação do bicho-da-seda passou de 1.980. A produção total de casulos ultrapassou as 2.500 toneladas e o faturamento das famílias sericultoras atingiu o valor de R\$ 47.162.277,05 (DERAL, 2018). Mas esse recorde de produção e faturamento contrasta com a realidade precária da maioria das famílias envolvidas na sericultura. Analisando mais a fundo os números divulgados é possível compreender a situação. Em primeiro lugar, embora as famílias trabalhem o ano todo no plantio das amoreiras e na organização dos barracões, conseguem realizar em média apenas oito ciclos (de 28 dias cada) de criação do bicho-da-seda, tendo em vista que nos meses que marcam o final do outono e todo o inverno a criação fica inviabilizada em virtude da fragilidade dos animais às baixas temperaturas. Portanto, contrariamente ao divulgado, os produtores trabalham doze meses, mas recebem por apenas oito. Além disso, se desmembrarmos o faturamento anual (R\$ 47.162.277,05) e dividi-lo pelo número de famílias (1.861) e dividir novamente o valor pelos 12 meses do ano aos quais os sericultores trabalham na atividade chegaremos ao ganho mensal média de R\$ 2.111,76 por família. Porém, de acordo com os produtores entrevistados, mesmo em uma área pequena, a sericultura é uma atividade que demanda, no mínimo, o trabalho de quatro pessoas. Assim, dividindo



o ganho médio mensal das famílias (R\$ 2.111,76) por quatro trabalhadores, chegaremos à remuneração mensal média de R\$ 527,96 por trabalhador, menos da metade de um salário mínimo, cujo valor atual é de R\$ 1.100,00.

A empresa e a associação que representa o setor relatam que os baixos ganhos são decorrentes a vários fatores, como o excesso de agrotóxicos nas lavouras da região o que contamina as amoreiras provoca mortandade das lagartas (ABRASEDA, 2021a). Mas as famílias entrevistadas contestam, alegando que o trabalho é cada vez mais penoso e as exigências da indústria buscam achatar a remuneração na entrega dos casulos.

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná reconhece o excesso de trabalho e está ciente de que a sericicultura não é apenas uma alternativa de renda (IDR-PARANÁ, 2021). No entanto, o Instituto e a Abraseda defendem a automação e a qualificação dos trabalhadores como forma de diminuir o trabalho excessivo e aumentar dos ganhos das famílias (ABRASEDA, 2021a; IDR-PARANÁ, 2021). Mas, em nenhum momento é cogitado sequer ouvir os produtores sobre a viabilidade dos padrões exigidos pela empresa na produção dos casulos e/ou sobre a política de precificação. Enquanto isso, as famílias relatam períodos financeiros difíceis, jornadas exaustivas de trabalho e cogitam abandonar a sericicultura.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Monopolizar o território, em vez de se territorializar, é o caminho mais adotado pelo capital para controlar as atividades agropecuárias produtoras das matérias-primas que serão processadas pela indústria. Esta prática é adotada quando a demanda por trabalho no campo é grande e a renda da terra obtida por hectare é menor. Assim, a integração de milhares de famílias camponesas à indústria proporciona a estas empresas o total controle, e padronização, da produção das matérias-primas. Entretanto, esta prática vem promovendo impactos sociais significativos no espaço agrário, como: o aumento da pobreza no campo e a precarização/exploração do trabalho camponês, tendo em vista que a carga de trabalho aumenta a cada safra, em virtude das altas exigências na qualidade da matéria-prima, ao mesmo tempo em que a remuneração obtida pelas famílias diminuiu.



Diante desta realidade, o capital industrial sericícola no Paraná promove várias ações com objetivo de atrair novas famílias para a criação do bicho-da-seda bem como para manter aquelas que já estão integradas. Estas ações estão ancoradas em duas frentes, que se mesclam em vários momentos. A primeira diz respeito ao discurso, que se vale do linguajar corporativo para promover a substituição de termos, ou mesmo uma assepsia em conceitos, para camuflar e/ou suavizar a realidade das relações definidas por eles. A segunda é relativa às ações dos técnicos da indústria, que criam uma relação muito pessoal (de amizade mesmo) com as famílias camponesas estabelecendo laços de confiança tão sólidos a ponto dos produtores acreditarem que estão integrados aos técnicos, não à indústria.

## REFERÊNCIAS

ABRASEDA. Associação Brasileira da Seda. Bicho-da-seda é fonte de renda para mais de 2 mil famílias no Paraná. Entrevista concedida a Lucas Castanho. **Folha de Londrina**, Londrina, Caderno Folha Rural, Ano 72, Edição 22.120, P. 22-23, 08 e 09 de maio de 2021a.

ABRASEDA. Governo libera quase R\$ 1 milhão para projeto da UEL de apoio à região de Londrina e pesquisa da seda. Entrevista concedida a Tarobá News. **Portal Tarobá News**, Londrina. 11 de maio de 2021b. Disponível em: <https://tarobanews.com/noticias/educacao/governo-libera-quase-r-1-milhao-para-projeto-da-uel-de-apoio-a-regiao-de-londrina-e-pesquisa-da-seda-Q0LRv.html>. Acesso em: 07 de jul. 2021.

DERAL - Departamento de Economia Rural. **Sericicultura no Estado do Paraná: safra 2017/2018**. Curitiba, SEAB, 2018 Disponível em: [http://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/sericicultura\\_2019\\_v1.pdf](http://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/sericicultura_2019_v1.pdf). Acesso em: 17 mai. 2021.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

IDR-PARANÁ. Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná. *Sericicultura*. Disponível em: <http://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Sericicultura#>. Acesso em: 25 mai. 2021.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES NETO, A. R. Neoliberalismo e Gozo. In: VESCOVI, R. C. (Org.). **A Lei em Tempos Sombrios**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2009, p. 51-68.



MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, J. S. **A Sociedade vista do Abismo**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NABARRO, S. A. **Modo de Vida e Campesinato no Capitalismo**: contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, A. U. A Mundialização da Agricultura Brasileira. *In*: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012. Bogotá. **Anais...** Bogotá/Barcelona: Universidad Nacional de Colombia/Geocrítica, 2012, P. 1-15. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO, A. J. Sericicultura no Estado de São Paulo. **Boletim de Indústria Animal**, V. 71, Nº 3, P. 291-302, 2014.

PRIETO, G. F. T. Rosa Luxemburg e a expansão imanente do capitalismo: destruição, resistência e recriação dos territórios e das relações não capitalistas. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 812-829, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/99827>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RAMOS FILHO, E. S. **Movimentos Socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o Combate à pobreza rural**. São Paulo/Buenos Aires: CLACSO, 2013.

SINGER, Paul. Apresentação. *In*: LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.